



FÓRUM PARLAMENTAR
SOBRE ARMAS LIGEIRAS E DE PEQUENO PORTE

Declaração da política sobre a violência contra as mulheres

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado em Buenos Aires, em 16 de Maio de 2009

‘A Violência contra as mulheres e raparigas continua inquebrantável em todo o continente, país e cultura. Esta toma um instrumento devastador nas vidas das mulheres, nas suas famílias, e na sociedade em geral. Muitas sociedades proibem tal violência- ainda a realidade é que tão frequente; é coberta ou tacitamente perdoada’ — Secretário das Nações Unidas-General Ban Ki-Moon, 8 de Março de 2007.

Uma em cada três mulheres sofrerá a violência na sua vida. O problema alcançou proporções pandémicas e pode se dizer ser a violência mais expandida e socialmente aceite dos direitos humanos.

Em Maio de 2007, o Conselho do Fórum Parlamentar adoptou uma declaração de política sobre Género e Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, focalizando na “integração da perspectiva de género” (gender mainstreaming) e o esforço a ter em consideração da situação de ambos homens e mulheres em qualquer acção planificada bem como enfatizando a importância de incluir as mulheres em todo processo de tomada de decisão. Construindo sobre isto, o Conselho do Fórum Parlamentar acha necessário em tomar uma forte postura contra a violência contra as mulheres e os efeitos devastadores que isto tem nas mulheres em volta do mundo.

Nesta luz, o Conselho do Fórum Parlamentar considera necessário tomar uma forte postura em relação a violência contra as mulheres e os efeitos devastadores que isto tem nas mulheres em volta do mundo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas define a violência contra as mulheres como “qualquer acto de violência baseado no género que resulta em, ou é provável de resultar em dano físico, sexual ou mental ou sofrimento as mulheres, incluindo ameaças de tais actos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja ocorrendo na vida pública or privada”. Isto porém refere-se a amplas diversidades das violações dos direitos humanos das mulheres, incluindo rapto, abuso da esposa, abuso sexual, practicas prejudiciais a cultura e as tradições que irreparavelmente destroem a saúde sexual, reproductiva das raparigas e mulheres. A Declaração de 1993 sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres observou que esta violência poderia ser perpetuada pelos assaltantes seja do género, de membros da família e mesmo o estado por si so.

Apesar das intensidades variarem, a violência contra as mulheres ocorre em ambos países desenvolvidos e em desenvolvimento e nos contextos de conflito e de não conflito. Conforme Yakin Ertürk, Relator Especial para as Nações Unidas sobre a violência contra as mulheres, a escala e a brutalidade da violência sexual cometida actualmente contra as mulheres na República Democrática de Congo (RPC) pode ser descrita como crimes de Guerra e crimes contra a humanidade. Mais de 500 000 mulheres foram violadas nos últimos dez anos. A violência baseada no género é usada como uma arma deliberada estratégica na guerra entre as diferentes partes, não apenas em Congo mas em muitas definições do conflito a volta do mundo. Causando maiores humilhações e estragos possíveis, muitas vezes directamente em frente do marido e das crianças, os perpetradores podem espalhar medo e caos.

A violação como uma estratégia de guerra é usada para mostrar os homens do lado do inimigo que eles não podem proteger suas mulheres. Esta pode ser alcançada em particular nas culturas, onde as mulheres são a espinha dorsal das sociedades. Ruinar as mulheres estrategicamente os perpetradores podem desfazer uma sociedade inteira. Para além dos ferimentos físicos severos, as mulheres deparam com traumas físicos e risco de estarem infectadas pelo HIV/SIDA e outras doenças bem como é alto o risco das gravidezes indesejadas.

Se estima que no mundo, uma em cada cinco mulheres se tornará uma vítima de violação ou violação atentada na sua vida. Em muitas sociedades existe um estigma relacionado com as vítimas de violação e as mulheres são muitas vezes constituídas responsáveis pela violência contra elas. Ela por tanto ser iluminada pelo seu marido e a comunidade, que em retorno conduzirá as dificuldades económicas. O sistema legal em muitos países contem lacunas que permitem aos perpetradores a agirem com impunidade, por exemplo, propondo que case com a vítima.

Armas ligeiras facilitam os crimes especialmente direccionados as mulheres e fazem abuso sexual e violência ainda mais letal. A celebritade compartilha (60 por cento) de todas armas ligeiras e de pequeno porte no mundo são propriedade privada e esta é uma explicação importante do por que a taxa de mortalidade aumenta entre as mulheres abusadas pelos seus homens. No contexto pós-conflito, armas pequenas e de pequeno porte e munições são ainda largamente disponíveis que significa que as mulheres correm um grande risco de serem mortas depois do conflito terminar. Durante a fase do desarmamento, desmobilização e Reintegração (DDR), as mulheres podem ser de grande utilidade desde que elas tenham ambas informações de onde as armas são guardadas e isto é no interesse delas que as armas sejam levadas para longe e destruídas.

A violência contra as mulheres é na verdade uma ameaça de segurança, ambas as mulheres como indivíduos mas também numa perspectiva ampla, mas é raramente encaminhado no debate internacional sobre a política de segurança. Pode ser vista uma diferença clara uma vez que os homens são muitas vezes expostos a violência nos lugares públicos onde as mulheres muitas das vezes sofrem nos seus próprios lares onde isto é mais difícil de detectar. Fazer entender a violência do parceiro é uma forma muito comum de violência e o lugar mas inseguro para uma mulher pode ser na tua própria casa. Metade das mulheres que morrem de homicídio são mortas pelos seus actuais ou anteriores maridos ou parceiros, muitas vezes pelo uso de armas, porradas e queimadas (UNIFEM). Outro assunto é que muitas mulheres não procuram ajuda, ou não informam suas experiências de violência, muitas vezes devido a limitada disponibilidade de serviços, estigma e medo.

O militar e o polícia são pressupostos de proteger indivíduos. Por tanto em muitos estados a violência baseada no género é tolerada, muitas vezes devido a falta de legislação relevante e/ou implementação ou sendo vista como um assunto privado. A implementação e aplicação da legislação é vital mas é também necessário pôr uma paragem as leis que enfatizam a reunificação familiar sobre os direitos das mulheres e raparigas. Neste sentido o estado falhou em proteger seus cidadãos mas no lugar disto contribui para a opressão das mulheres.

A instabilidade e uma potencial eclosão do conflito violento pode ser identificado usando ' sistemas de aviso prévios ' que dariam tempo a comunidade internacional a agir de modo a prevenir o conflito do agravamento. Existe uma responsabilidade para a comunidade internacional intervir quando a violência contra um grupo étnico é expandida largamente, sistemático e de larga escala e este deverá ser também o caso para a violência sistemática baseada no género. Nos esforços do aviso prévio ou análise da situação para a prevenção do conflito, os assuntos de género não estão ainda largamente encaminhados. Ainda os indicadores do género – tais sinais que reflectem as circunstâncias de mudanças dos homens e as mulheres na sociedade— são muitas das vezes sinais mais antecipados de impedir o conflito. Por isso, identificando a violência contra as mulheres como uma ameaça de segurança internacional, aumenta a chance de prevenir um conflito armado a rebentar na fase antecipada.

A declaração da Política do Fórum Parlamentar sobre Género e Armas Ligeiras e de Pequeno porte realça a importância de promover o género – participação igual a todos níveis e contextos. A exclusão política persistente de mulheres ou uma redução desonesta na representação das mulheres, muito poucas mulheres em lugares públicos bem como outras formas de discriminação económica e educacional deveriam todas ser vistas como avisos prévios. A comunidade internacional deve também tomar nota de quaisquer mudanças graduais que ocorrem quando uma sociedade tolerante começa a tornar-se mais intolerante, e particularmente de quaisquer mudanças que envolvam leis mais restritivas e regras para as mulheres.

A protecção das mulheres da violência não se iguala a segurança. As medidas de garantir a segurança das mulheres não devem de modo nenhum limitar sua liberdade de movimento, como tem sido usualmente o caso quando as ameaças da segurança são julgadas tão difíceis de manusear.

As ameaças de segurança contra as mulheres precisam de ser reconhecidas e encaminhadas. Conforme as Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, paz e segurança, a participação igual e total das mulheres como agentes activos na paz e segurança deve ser tomada em conta seriamente. A segurança das mulheres, participação igual pode somente ser garantida quando as mulheres forem vistas como actores com o direito de participar nas reuniões e trabalho fora de casa e com o direito de fazer suas próprias escolhas.

Objectivos

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado no dia 16 de Maio de 2009 em Buenos Aires;

Reconhece que a violência contra as mulheres como um problema global e uma ameaça de segurança internacional que pode alcançar proporções catastróficas quando usada como uma arma

estratégica na guerra como uma maneira para aterrorizar, humilhar e ruinar as mulheres e a sociedade no seu todo;

Tem conhecimento de que o aviso prévio e actividades preventivas podem ser tornadas mais efectivas utilizando o potencial não esgotado das mulheres, o trabalho em redes das mulheres e organizações como actores da paz.

Chama atenção o facto de que a violência contra as mulheres e sua ligação as Armas Ligeiras e de Pequeno Porte é um tema essencial que precisa de ser encaminhado na segurança global, e discussões de desenvolvimento uma vez que as Armas Ligeiras e de Pequeno Porte (ALPP) facilitam a violência contra as mulheres fazendo abuso sexual e violência mais letal, particularmente nos contextos pós-conflitos onde as ALPP estão ainda amplamente disponíveis, constitui um imenso risco para as mulheres enquanto que ao mesmo tempo a participação activa por mulheres na fase do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) é vital;

Recomenda o género – indicadores do aviso prévio específico que pode detectar mudanças nas estruturas do poder e/ou o começo da ampla expansão, a violência sistemática contra um certo grupo que em troca pode levar ao surgimento do conflito armado.

Impulsiona, a comunidade internacional e outros implementadores, ambos nos níveis regional e nacional, firmemente mostra desejo político, e atribuem recursos adequados, para o encaminhamento da violência contra as mulheres;

Recomenda as medidas de prevenção direccionadas as mulheres e raparigas bem como aos homens e rapazes tais como a educação e oportunidades para as mulheres e raparigas para melhorarem sua auto estima e habilidades de negociação, e reduzindo a iniquidade de género nas comunidades, bem como mais pesquisas para avaliar a eficiência destas medidas;

Impulsiona os membros do Fórum e seus colegas parlamentares a, se necessário, criar legislação específica sobre a violência contra as mulheres e promover revisões e actualizações das legislações nacionais existentes sobre a violência baseada no género, de modo a evitar lacunas e para melhor servir as necessidades das mulheres e reduzir sua exposição a violência e ameaças;

Expressa sua convicção que a participação igual do género a todos níveis da sociedade é chave de modo a garantir a segurança das mulheres tanto mais que a protecção, reafirmando seu apoio as Resoluções 1350 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres, Paz e Segurança e apela pela sua implementação total e imediata;

Mandatado o Secretariado a realizar varias actividades dentro do programa do trabalho do Fórum, de modo a aumentar de forma considerável o perfil do Fórum sobre a violência contra as mulheres, através, de entre outras coisas, o desenvolvimento dos instrumentos práticos da politica, construção da capacidade, reformas para legislação relevante, e o aumento da consciência.